



Aprovado em Assembleia de Freguesia
de 19 de junho de 2019

Stb,
Dey

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ **Concelho do Porto**

ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE 17 DE ABRIL DE 2019

Aos dezassete dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia de Freguesia de Campanhã**, no Auditório, sito na Rua Ferreira dos Santos, 57, presidida pela presidente Sr.^ª Sandra Inês Brandão dos Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Aprovação das Atas das Assembleias anteriores;

Ponto 2 – Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2018, conforme alínea b) do n.º1 do Art.º 9º da Lei n.º 75/2013;

Ponto 3 – Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia conforme alínea e) do n.º 2 do art. 9º da lei nº 75/2013;

Ponto 4 – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, conforme alínea b) do n.º1 do Art. 9º da Lei n.º 75/2013;

Feita a chamada, pela Segunda secretária, Sr.^ª Janete Nogueira, para verificação das presenças e existência de quórum, verificou-se a ausência dos senhores: Sr. José Pimenta, da CDU (substituído pela Sr.^ª Cristiana Martins, que não podendo estar presente foi substituída por Sr. João Bordonhos); Sr. Carlos Graça, do Movimento Porto, o Nosso Partido, (substituído por Sr. João Correia); Sr. João Correia, do Movimento Porto, o Nosso Partido; Sr. Fernando Rosas, do PS (substituído Sr. António Ribeiro); e Sr. Pedro Ferreira, do PS (pela Sr.^ª Ana Gomes, que não podendo estar presente foi substituída por Sr. António Mira de Sousa).

No período **antes da ordem de trabalhos** começou por se fazer um minuto de silêncio devido à queda de um autocarro na ilha da Madeira o qual causou várias mortes. De seguida verificou-se a entrada na mesa nove documentos para discussão. Posta à votação, foi aprovada a sua admissão, por unanimidade.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

Documento 1 – Voto de Louvor - 25 de Abril, do PS, lido pelo Sr. Hugo Nascimento, aprovado por unanimidade. Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.

Documento 2 – Voto de Louvor – 1º de Maio / Dia do Trabalhador, do PS, lido pela Sr.ª Ana Maria Pereira, aprovado com 16 votos a favor (dos elementos do PS, CDU, movimento Porto, o Nosso Partido e BE) e uma abstenção (Sr. Sérgio Reis do PSD). Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.

Documento 3 – Saudação à Greve Climática Estudantil, do BE, lido pelo Sr. João do Vale, aprovado por unanimidade. Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.

Pedi o uso da palavra a Sr.ª Sara Guimarães, da CDU, para sugerir que, em próximas assembleias de Freguesia, se tentasse eliminar o plástico, quer os copos quer as garrafas de água.

Documento 4 – Proposta - Mais transparência, mais participação, mais democracia, do BE, lido pelo Sr. João do Vale.

Ocorreram as seguintes intervenções:

- Sr. Hugo Veloso, do PS, referindo que estava estruturalmente de acordo com a proposta. Referindo que não estava a ser posta em causa a idoneidade do executivo, mas seria da mais elementar modernidade, no sentido da ética, transparência e até processual, era uma questão tão normal e tão orgânica. Reiterando a sua concordância e do seu grupo, saudou a proposta. Colocou uma questão ao BE e também à Sr.ª Presidente da Assembleia: possibilidade de efetuar as transmissões online das sessões, de acordo com a alínea b), qual a moldura legal existente. Pedindo à Sr.ª Presidente que verificasse essa situação junto dos serviços jurídicos da Junta de Freguesia. Em resposta a Sr.ª Presidente



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

esclareceu, em tempos tinham pedido um esclarecimento à comissão nacional de proteção de dados sobre a cedência da gravação e tal não era possível. Referiu não ser capaz de dar resposta e que teria de pedir informações sobre a situação.

- Sr. Cândido Correia, do movimento Porto, o Nosso Partido, referindo que tudo o que era tratado em assembleia municipal, outro tipo de Assembleia era público. Mostrou-se surpreendido com as declarações da Sr.ª Presidente da Assembleia sobre a não cedência da gravação da assembleia e que iria ele próprio pedir um parecer à Comissão de Dados.
- Sr. João do Vale, do BE, não sabendo da questão jurídica, esclareceu que ele próprio já colocara questões à comissão nacional de proteção de dados e eles costumavam responder com brevidade. Sabendo que a Junta dispunha de apoio jurídico, remeteu a responsabilidade na condução do processo para a Sr.ª Presidente, pedido a colaboração desta no sentido de ouvir quem de direito. Terminou referindo que por uma questão de urbanidade, que a informação chegava-nos de todos os lados, e esclareceu que outras congéneres já o faziam.
- Sr. Hugo Veloso, do PS, se todos os líderes fossem da mesma opinião, mandatavam a Sra. Presidente a falar com quem de direito, nomeadamente o jurista da Junta e depois ele faria as diligências que fossem necessárias.
- Sr. António Mira de Sousa, do PS, sugeriu que o BE suspendesse a proposta, dadas as dúvidas que eram evidentes e fortes, com o compromisso de a Sra. Presidente de se assegurar de uma informação credível que a permitisse eventual validação numa próxima Assembleia.
- Sr. Cândido Correia, do Movimento Porto O Nosso Partido, com o parecer de que para haver causa teria que haver efeito. Na sua opinião a proposta que deveria ir a votação, para aprovação e delegariam na Sra. Presidente a parte jurídica, as tais causas. Se não houvesse proposta, não haveria assunto.
- A Sr.ª Presidente da Assembleia questionou o Sr. João do Vale, do BE, quanto a manter a proposta Tendo este referido que a proposta fazia sentido de qualquer maneira.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

Respeitava todas as outras opiniões que foram dadas, mas entendia que para a efetivar devia produzir os seus efeitos e seguir o curso normal. A proposta era mais abrangente do que a transmissão online. Continuou dizendo que a questão da transparência, não era qualquer crítica, não tinha qualquer carga negativa agregada. A questão era a transparência no sentido lato do ato que se estava a realizar. Não havia nenhuma crítica clivada ao executivo.

- Sr. Hugo Veloso, do PS, referiu que era mais uma vez, a questão jurídica / legal que nos estava a confundir a todos. Concomitantemente com o que fora dito anteriormente, aprovar-se-ia a Moção sabendo que este ponto em particular estava sujeito a verificação. Tal como reforçara o Sr. João Vale a Moção não era só sobre esse ponto era mais abrangente e todos estavam de acordo com o demais dito.
- Aprovada por unanimidade. Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.
- A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sandra Santos, referiu que iria, junto do Gabinete jurídico da Junta de Freguesia, pedir a verificação da legalidade da transmissão e, posteriormente, da possibilidade da sua execução.

Documento 5 – Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, do BE, lido pelo Sr. João do Vale. Aprovado, com treze votos a favor, (elementos do PS, CDU, BE e Sr. Manuel Cardoso, do PSD) e quatro abstenções (Sr. Sérgio Reis, do PSD e elementos do movimento Porto, o Nosso Partido). Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.

Documento 6 – Moção por ocasião do 45º Aniversário do 1º de Maio em Liberdade, da CDU, lido pela Srª Sara Guimarães.

Ocorreram as seguintes intervenções:



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

- Sr. Sérgio Reis, do PSD, parabenizou a CDU pela elaboração do documento porque era possível saudar o 25 de Abril e o 1º de Maio elevando o que de positivo foi conquistado, não esquecendo a história, mas não politizando estes dois dias tão importantes na história portuguesa.
- Aprovado por unanimidade.

Documento 7 – Moção sobre o 25 de Abril, apresentado pela CDU, apresentado pela Srª Sara Guimarães. Aprovado com treze votos a favor, (elementos do PS, CDU, BE e Sr. Manuel Cardoso, PSD) e quatro abstenções (Sr. Sérgio Reis, do PSD e elementos do movimento Porto, o Nosso Partido). Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.

Documento 8 – Moção sobre o Fundo Municipal de Apoio ao Associativismo, da CDU, lido por Sr. João Bordonhos. Aprovado por unanimidade. Encontrava-se ausente no momento da votação o Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, o Nosso Partido.

Documento 9 – Proposta de deliberação, do PSD, lida pelo Sr. Sérgio Reis.

Ocorreram as seguintes intervenções:

- Sr. António Mira de Sousa, do PS, referindo que a proposta suscitava algumas dúvidas na forma como estava formulada. Parecia-lhe que resultava, de facto, da discussão que houvera na última Assembleia de Freguesia, à volta do projeto participativo e alguma celeuma que teria criado, no entanto, ela propunha algo em abstrato. Não percebia o porquê de propor a criação de um grupo de trabalho para discutir algo em abstrato quando a Junta de Freguesia estava no pleno exercício do seu mandato, a assembleia de freguesia funcionava com toda a normalidade. O que era que o grupo de trabalho vinha substituir? Que figura institucional iria assumir? Com o funcionamento presidido em



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

alternância? Sugeriu que se houvesse algum problema em concreto, alguma proposta em concreto, alguma ideia de projeto em concreto que merecesse também a concordância do executivo da Junta de Freguesia, então que se criasse o grupo de trabalho ou os grupos de trabalho que se considerassem pertinentes. Assim, de facto em abstrato, não percebia o significado, faltava o objeto. Pesasse embora, a bondade da intenção, mas a formalização não parecia sustentada.

- Sr. Hugo Veloso, do PS, como complemento ao seu camarada, tendo em conta o final da intervenção onde realçou apesar de toda as boas intenções constantes nesta proposta genérica, que aliás era complementar àquela que fora aprovada nesta mesma Assembleia por todos os grupos, subscrita pelo grupo que presidia. Disse que havia uma modalidade, uma modalidade que os líderes de bancada ainda não tinham ativado que era conferência de líderes, e contra si falava também. De certo modo, não sendo exatamente a mesma coisa, poderiam fazê-lo uma vez que já era um enquadramento legal consubstanciado, esse poderia ser um ponto de partida para a proposta que lhes merecia simpatia genérica.
- Sr. João do Vale, do BE, referiu que nas conferências de líderes, tirando duas vezes que o camarada Sr. Hugo Veloso comparecera não tinha tido o prazer de mais nenhuma se realizar, com mais nenhum dos outros líderes presentes. Se a constituição do grupo fosse para funcionar das conferências de líderes, não valia a pena, por experiência própria.
- Sr^a Sara Guimarães, da CDU, sugeriu que a reunião de líderes fosse marcada em horário pós-laboral, porque só assim era possível a comparência.
- Aprovado com seis votos a favor (elementos do PSD e do movimento Porto, o Nosso Partido), onze abstenções (elementos do PS, exceto Sr. António Mira de Sousa, CDU e BE) e um voto contra (Sr. António Mira de Sousa, do PS).
- Sr. Hugo Veloso, com uma declaração de voto, justificando que deveria fazer-se uma maior ativação do que já existia, nomeadamente a conferência de líderes, reforçando o que dissera o elemento do BE, ou seja, uma vez que a conferência de líderes já existia, que todos os líderes deveriam aparecer a esse propósito. Concordou que a Assembleia de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

Freguesia não fosse meramente um órgão que trabalhasse de três em três meses, os líderes poder-se-iam reunir para algo que efetivamente contribuísse para ajudar o executivo na sua função.

- Sr. João do Vale, declaração de voto no sentido da abstenção, justificando que, mesmo não concordando a estrutura da proposta, não seria ele a impedir que qualquer cidadão da freguesia se quisesse reunir para debater assuntos sobre a mesma.

Terminadas as apresentações dos documentos trazidos à mesa, seguiram-se as intervenções de:

- Sr. Hugo Veloso, do PS, propôs que se assinalasse uma data limite para que os documentos fossem submetidos, para que houvesse tempo para ler, debater entre os elementos da bancada e decidir em consciência o sentido de voto. Sugeriu que ficasse naquele momento definida uma hora e um dia que fosse da concordância genérica de todos. Senão, mais uma vez, a ativação da lógica da conferência de líderes. Os líderes reuniam-se e definiam então, com a concordância da mesa, uma data limite para apresentação de documentos. O facto de só terem conhecimento das Moções quando estavam na Assembleia, não dava tempo efetivo para se ler, para se analisar, para se conversar. Reiterou ser opinião comumente aceite e partilhada por todos os grupos. Perguntou se alguém tinha uma sugestão objetiva, para decidir naquele momento, ou se deixariam para a reunião de líderes.
- A Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sandra Santos, lembrou que no início se fazia a admissão de documentos à mesa, aí qualquer elemento da Assembleia poderia não admiti-los. Essa figura já existia de alguma forma. De todo o modo, até para os serviços era sempre muito mais fácil chegarem cedo para poderem fotocopiar com tempo. Comprometeu-se a encaminhar para os líderes das diferentes bancadas as propostas que chegarem antecipadamente.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

- Sr. Hugo Veloso, do PS, reiterando a necessidade da marcação de uma hora concreta.
- Sr. Cândido Correia, do movimento Porto, o Nosso Partido, referindo que talvez se devesse atualizar o regulamento interno acrescentando essa cláusula. A lei previa a entrega de documentos a um prazo, mas o regulamento interno podia efetivamente prever alterar essas situações, não violando o que estava na lei. Alertou, em relação, à ata que só fora enviada pouco mais de 24 horas antes da Assembleia. Em relação à visibilidade da documentação, especialmente aquela que era mais importante para analisar, não se conseguia visualizar. Pediu que, apesar do envio por correio eletrónico, imprimissem para poder levantar na Junta de Freguesia um dia ou dois antes.

A Sr.^a Presidente da Mesa deu início ao período da ordem de trabalhos.

Ponto um – “Aprovação das Atas das Assembleias anteriores”

- Ata de 28 de Setembro de 2018, aprovada com treze votos a favor (elementos do PS, CDU, BE e Sr. Manuel Cardoso, PSD), uma abstenção (Sr. Sérgio Reis, do PSD) e quatro votos contra (elementos do movimento Porto, o Nosso Partido).
- Ata de 14 de Dezembro de 2018, o Sr. António Mira de Sousa referiu que não fora ele que tecera o comentário que lhe era atribuído no segundo parágrafo da página 15. A Sr.^a Presidente referiu que posteriormente iriam ouvir a gravação para se poder fazer a correção da ata. Aprovada com dez votos a favor, quatro abstenções e quatro votos contra (elementos do movimento Porto, o Nosso Partido).
- Sr. Cândido Correia do movimento Porto, o Nosso Partido, declarando que o voto era contra porque acham que não estavam completamente declarados certos assuntos,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

coisas que foram faladas, relatadas e não eram refletidas tanto numa ata como na outra. Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sandra Santos, esclareceu que a ata era apenas um resumo daquilo que era tratado e não uma transcrição do que estava na gravação.

Ponto dois – "Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2018, conforme alínea b) do n.º1 do Art.º 9º da Lei n.º 75/2013"

Usou da palavra o Sr. Filipe de Oliveira, Executivo da Junta de Freguesia de Campanhã esclarecendo encontrar-se em representação do Sr. Presidente da Junta. Continuou destacando alguns pontos do relatório de atividades: as atividades desenvolvidas com as crianças, o Carnaval, o Festival de Teatro, as Rusgas São Joaninas que receberam mais um primeiro prémio pelo terceiro ano consecutivo, os Festivais de Folclore, as Festas Paroquiais e o Campeonato Interassociativo de Bilhar, o trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Ação Social no Plano de Emergência Social, tendo sido apoiadas 776 famílias, a colaboração facultada ao Porto Solidário da CMP com 78 famílias. Referiu que a Junta tinha as melhores contas de sempre o que permitia encarar com grande à vontade o futuro. Terminou mencionando que relativamente à parte técnica das contas passaria a palavra ao Técnico Oficial de Contas responsável Dr. António Felizes, estando este último disponível para esclarecer as eventuais dúvidas existentes.

Seguiram-se as intervenções de:

- Sr. Cândido Correia, do Movimento Porto, Nosso Partido, expressou votos de Santa Páscoa e colocou como questões relativas às verbas: no ponto 6.1.0.2, verba de 1000€, a que se referia "privados"; na receita da autarquia, Portugal 2020, questionou se o valor em causa entrou, foi ou não executado, ou estava a inflacionar ou não o orçamento, se era para facilitar ou não o aumento de despesas; resultado de execução orçamental na formação, valor 902€, (existia ou não algum planeamento para os funcionários da Junta, se fosse o caso, se estaria adaptado, se estava a cumprir as horas existentes para cada funcionário anualmente); aumento brusco nos titulares órgãos de soberania, membros de órgãos o ano passado foi 26000€ este ano passou para 51000€ foi reforçado e questionou



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

se se devia às pessoas que passaram para meio-tempo; total de despesas com o pessoal foi feito reforço de 75000€ questionou se houve aumento de despesa; nas despesas correntes, gasolina (questão já por si levantada no ano passado) se somar entre 2015 a 2018 o valor já era de 24000€; material de transporte de peças a que se referia o valor de 1000€; materiais de consumo hoteleiro, livros e documentos técnicos (não refletidos no inventário); outros bens, teve reforço de 700€, conservação de bens 400€, locação de outros bens, representação serviços e estadias com aumento significativo de valores (para quem); vigilância, segurança e assistência técnica aumentou (iniciou em 3000€ em 2015 e estava atualmente em 14000€); promoção e divulgação da Junta de Freguesia e atividades com os trabalhadores; na rubrica execução orçamental, despesas de capitais instalações e serviços, 80000€ foi para a compra do edifício de Azevedo, opção de plano para o edifício principal, instalação desportiva e recreativa que estava previsto ser gasto 40000€ e estava a zero, questionando se ocorreu algo; na rubrica "Outros" questionou a que se referia, havendo 15000€ orçamentado mas estava a zero. Terminou mencionando poder concluir que a conta de 2018 teve um saldo negativo de 10 482€ e o valor orçamental da despesa corrente prevista teve um reforço de 118 mil dos quais 76 mil foram para o reforço das despesas com o pessoal, acrescentou que as verbas orçamentais para despesa de capital tiveram uma diminuição de 10 mil euros, podendo isto indicar inflação e desequilíbrio orçamental. Em resposta o Dr. António Felizes explicou que o aumento com as despesas com o pessoal estava relacionado com a regularização dos vínculos dos trabalhadores precários, com as regularizações profissionais, com o descongelamento das carreiras, considerava um impacto positivo para os trabalhadores que viram as carreiras descongeladas e os precários os vínculos regularizados. O Portugal 2020 tinha sempre esse projeto aberto porque havia sempre a expectativa de se poderem candidatar e por isso era necessário de estar sempre no orçamento, relativamente à formação era a oferta que ia aparecendo na Junta e sempre que se verificava a existência formação relevante os trabalhadores iam, não havendo ninguém a quem fosse vedada a mesma; a verba referente a titulares de órgãos de soberania aumentou porque a Junta tinha mais dois meios tempos ressaltando que a Junta tinha número de eleitores que permitiam aumentar esse número, a cota não estava esgotada e isso também contribuiu



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

para aumentar as despesas com o pessoal porque era uma sub-rubrica desta; a gasolina era explicada pelas deslocações dos técnicos da Ação Social e pelo aumento do preço da mesma; a rubrica das peças eram despesas com as viaturas da Junta (pneus, inspeções, mecânicos); material hoteleiro tinha a ver com café, água, e outros, os livros e documentação técnica referia-se aos livros que a Ação Social e o departamento jurídico requisitavam, não estavam no inventário porque não eram lançados em investimento, mas sim despesa corrente; a conservação de bens também não eram valores que podiam variar, poderia ser mais baixo em um ano e mais alto noutro, dependia de como as coisas decorriam ao longo do ano; a locação de bens era relacionada com o material que tinham em locação operacional nomeadamente impressoras sendo feito para estas um contrato de locação operacional; a vigilância e segurança referia-se ao cemitério, a assistência técnica são contratos relacionados com a assistência técnica desde a informática, software, eletricitas, etc, e eram variáveis que dependiam das necessidades, a mesma situação existia na promoção e divulgação da freguesia relacionava-se com tudo o que a Junta gastava na promoção de determinados eventos, boas festas, cartões-de-visita; as atividades com os trabalhadores reportava-se ao jantar de Natal e à lembrança dada aos trabalhadores; as deslocações e estadas referiam-se à representação da Junta dando exemplo da deslocação do Sr. Presidente a um congresso da ANAFRE a Lisboa, se o Presidente ia em representação da Junta era esta quem tinha de pagar assim como se algum membro do executivo fosse acompanhar algum rancho em alguma deslocação caía nessa rubrica a despesa. Nos eventos desportivos estava planeado gastar-se essa verba mas não se gastou sendo opções que se tomavam quando se projetava um orçamento. A execução orçamental tinha menos 3 mil € mas Junta tinha um saldo confortável, as autarquias não eram para ter lucro. Deviam, sim, ter as contas equilibradas, como era o caso. Ressaltou que a Junta não devia dinheiro a nenhum fornecedor e que tinha uma situação muito confortável que permitia encarar o futuro com tranquilidade. Nem sempre se executava tudo, outras eram executadas a mais, o caso do edifício da Areias não estava previsto quando projetaram o orçamento de 2018 e no entanto foi comprado, se se optar por determinadas situações, outras não se executariam. Sr. Cândido Correia do movimento Porto, Nosso Partido questionou se não existe desequilíbrio orçamental.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

- Sr. Joaquim Alves, do movimento Porto, Nosso Partido, aludiu que em 2017 houve saldo positivo de 2348€, em 2018 houve saldo negativo de 10482€, questionou o que eram “Prestações de Serviços”, de grosso modo considerava existir menos de 20.500€ de receitas, porém a Junta só conseguira reduzir a sua despesa em 12854€, apesar de haver menos 20 mil € em receitas, daí o saldo negativo. No ano anterior a Junta apoiava a Cruzada de Bem Fazer de Campanhã que interrompeu o funcionamento dos correios em Agosto ou Setembro, questionou onde estava esse valor, uma vez que a Junta só teria pagado esses 8 ou 9 meses de funcionamento, havia uma verba orçamentada em 12 mil€ que não se cumpriu, houve uma verba que sobrou e que transitava para 2019 para o próximo orçamento, referiu que uma vez que não se gastou de acordo com a informação que lhe foi dada, isso significava que se se tivesse gastado, o saldo da Junta seria ainda mais negativo.
- Sr. João Bordonhos da CDU, aludiu à diferença existente entre receita e despesa, questionou porque é que as despesas de capital estavam com dotação orçamental de 140 mil € e não foram executadas o que prejudicou a percentagem da execução e salientou a questão se fora ou não discutido na Assembleia acerca dos dois meios tempos dos vogais porque isso tinha de ser levado à Assembleia. O Sr. Filipe Oliveira, Presidente em exercício, esclareceu que fora dado conhecimento do mesmo, referindo que era isso que a Lei os obrigava. O Dr. António Felizes explicou que relativamente à execução do capital referia-se a projetos comunitários que não se executaram mas que tinham de estar sempre colocados, pois de outro modo não poderiam candidatar-se aos fundos. Quanto aos meios tempos, estes eram propostas do Presidente da Junta tendo depois apenas tinha de dar conhecimento à Junta e à Assembleia.
- Aprovados com dez votos a favor (elementos das bancadas do PS e BE), quatro abstenções (elementos da CDU e PSD) e quatro votos contra (elementos do movimento Porto, o Nosso Partido).
- Sr. Cândido Correia, do Movimento Porto, Nosso Partido, declarando que o voto contra era por considerarem que o orçamento estava com desequilíbrio orçamental. Retificava de orçamento para prestação de contas.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CAMPANHÃ

Concelho do Porto

Ponto três – "Apreciação da Informação Trimestral e situação Financeira da Autarquia conforme alínea e) do nº 2 do art. 9º da lei nº 75/2013"

Usou da palavra o Sr. Filipe de Oliveira, Executivo da Junta de Freguesia de Campanhã, salientando as atividades efetuadas durante os três meses, a saber: Cantar das Janeiras, o Desfile de Carnaval que tem adquirido com o decorrer dos anos maior qualidade, referiu também apoio às coletividades, o início do Campeonato de Bilhar, o Festival de Teatro de Campanhã e iniciou-se o teatro infantil em colaboração com a Escola do Cerco.

Interveio Sr. Hugo Veloso, do PS, considerando o relatório claro e que as atividades estavam bem elencadas algumas em regime de continuidade, outras de novidade. Realizou menção à aprovação do projeto para Azevedo de Campanhã considerando que o próprio município tinha consciência da importância da área em causa.

Ponto quatro – "Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, conforme alínea b) do n.º1 do Art. 9º da Lei n.º 75/2013"

Usou da palavra o Sr. Filipe de Oliveira, Executivo da Junta de Freguesia de Campanhã, que explicou que o documento se referia ao arrolamento dos bens que no âmbito do SNC/AP, estava a ser trabalhado para ser apresentado na próxima Assembleia com todos os dados.

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo **intervenção do público**, a Presidente da Assembleia procedeu à leitura da minuta da Assembleia, que foi aprovada por unanimidade, convidou todos a estarem presentes nas comemorações do 25 de Abril e deu por encerrada a Assembleia.

A 1º SECRETÁRIA

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A 2º SECRETÁRIA

Susana Pereira

Sandra Santos

J. L. Silva

13